

## **A Agenda para o Desenvolvimento de Doha (ADD): Cronologia - Bruxelas, de 24 Julho de 2006**

**Novembro de 2001, Doha, Qatar.** É lançada a Agenda para o Desenvolvimento de Doha.

**Setembro de 2003, Cancún, México.** A conferência ministerial da OMC termina sem acordo e os membros da OMC iniciam um período de reflexão. Surgem agrupamentos de países como o G-20 (formado por países em desenvolvimento com rendimento médio) e o G-90 (constituído por países em desenvolvimento mais pobres). Tendo falhado, a conferência ministerial não consegue abordar os obstáculos às exportações de algodão dos países do G-90.

**Mai de 2004.** Numa carta a todos os membros da OMC, a UE propõe-se eliminar todos os subsídios às exportações agrícolas até uma data acordada. Além disso, compromete-se a proceder a uma grande redução de todos os subsídios susceptíveis de distorcer o comércio e propõe medidas rápidas relativas ao algodão através da eliminação de todas as formas de apoio às exportações, criando-se um acesso livre e vital para muitos países em desenvolvimento com interesses na exportação. A UE propõe também uma "ronda sem compromissos para os países menos desenvolvidos", permitindo a estes países decidir por si próprios se pretendem abrir os seus mercados.

**Julho de 2004.** A carta da UE de Maio de 2004 desencadeia intensas conversações em Genebra. O resultado é a revitalização da ronda e um acordo subsequente. Em Julho de 2004, sobre o quadro para a continuação das negociações, que estabelece as metas para a ADD, o chamado Acordo-Quadro de Julho. A UE exorta os Estados Unidos a acompanhar a sua proposta sobre os subsídios às exportações e os apoios à agricultura interna dando um passo equivalente. A UE sublinha também a necessidade de se aumentarem os esforços no sentido de abrir os mercados aos bens e serviços, referindo a importância de tal abertura para o crescimento e desenvolvimento globais.

**Janeiro de 2005, Davos, Suíça.** Os ministros do comércio, reunidos à margem do Fórum Económico Mundial, acordam a redinamização do processo da ADD.

**Março de 2005, Mombaça, Quênia.** Numa mini-reunião ministerial em Mombaça, a UE apresenta um pacote concreto de propostas sobre as metas de desenvolvimento da ronda, incluindo a flexibilidade no que respeita à abertura dos mercados para os produtos não-agrícolas (NAMA), a redução dos direitos aduaneiros para as importações dos Países Menos Desenvolvidos e a necessidade de maior flexibilidade nos sistemas relativos às regras de origem.

**Mai de 2005, Paris, França.** Numa mini-reunião ministerial em Paris, os negociadores agrícolas concluem difíceis negociações sobre a forma de estabelecer um equivalente pautal nos casos em que os direitos aduaneiros não são uma percentagem directa (ou seja, uma fórmula para estabelecer equivalentes *ad valorem*).

"A ronda de Doha é demasiado importante para falhar. Não se trata só do comércio. Trata-se de manter a credibilidade da cooperação multilateral; de mostrar que as instituições multilaterais podem encontrar respostas globais para questões globais; de provar que o comércio pode ser posto ao serviço do desenvolvimento." *Peter Mandelson, Comissário Europeu do Comércio, Novembro de 2005*

**Julho de 2005, Dalian, China.** Os ministros acordam a utilização, como base para novas negociações, de uma proposta do G20 para reduções dos apoios à agricultura e o alargamento do acesso aos mercados na agricultura. A UE saúda a iniciativa do G20.

**9 de Outubro de 2005, Zurique, Suíça.** Mais de um ano após a assinatura do acordo-quadro, os Estados Unidos propõem-se cortar os subsídios agrícolas internos em 60% e reduzir gradualmente alguns dos seus subsídios à exportação. Apresentam também propostas para o acesso aos mercados agrícolas, prevendo cortes de 90% nos direitos aduaneiros mais elevados sobre os produtos agrícolas.

**9 de Outubro de 2005, Zurique, Suíça.** A UE propõe que a conferência ministerial de Hong Kong adopte um pacote sobre o desenvolvimento. Este pacote deve, entre outras coisas, incluir o compromisso por parte de todos os países desenvolvidos no sentido de concederem um acesso isento de direitos e contingentes a todos os produtos dos Países Menos Desenvolvidos e um máximo de flexibilidade nas reduções dos direitos aduaneiros para os Países Menos Desenvolvidos.

**10 de Outubro de 2005, Genebra, Suíça.** O G10 e o G20 apresentam propostas sobre o acesso aos mercados da agricultura.

**28 de Outubro de 2005.** Como parte de uma proposta abrangente em todos os domínios das negociações, a UE propõe-se cortar em 70% os apoios agrícolas internos que distorçam o comércio e cortar em 60% os seus direitos aduaneiros mais elevados e ainda reduzir para metade a média dos seus direitos aduaneiros sobre produtos agrícolas, que passaria a ser de apenas 12%. A UE faz depender esta proposta de passos ambiciosos por parte de outros no que respeita ao NAMA e aos serviços, assim como de um acordo sobre um registo e alargamento das designações de origem geográfica. A UE reitera que o desmantelamento dos subsídios agrícolas tem de levar a condições equitativas também entre os países desenvolvidos e pede mais uma vez compromissos por parte dos Estados Unidos sobre as ajudas a produtos alimentares, os créditos à exportação e alterações aos critérios da "caixa azul" e por parte do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia sobre as empresas de comércio estatais.

**10 Novembro de 2005.** O director-geral da OMC, Pascal Lamy, reduz publicamente o nível de ambições para a conferência ministerial de Hong Kong, tornando claro que nessa reunião já não se pode esperar chegar a um acordo sobre todas as modalidades. A UE exorta a reunião de Hong Kong a garantir os progressos feitos desde o acordo-quadro de 2004 e a servir de trampolim para outros avanços em 2006.

**Dezembro de 2005, Hong Kong.** Na reunião ministerial da OMC de Dezembro de 2005, em Hong Kong, os negociadores acordaram em tentar chegar a um amplo acordo sobre reduções dos direitos aduaneiros e dos subsídios para a agricultura e a reduções dos direitos aduaneiros para os produtos industriais até ao Verão de 2006. Isto permitiria aos negociadores utilizar o resto do ano de 2006 para chegarem a acordo sobre outras questões importantes, como o comércio dos serviços.

**Inverno e Primavera de 2006.** As negociações a nível ministerial continuaram em 2006. Na sequência de uma mini-reunião ministerial em Davos, na Suíça, em Janeiro, as negociações assumiram sobretudo a forma de uma série de encontros bilaterais e multilaterais entre os principais negociadores. Os negociadores da UE, dos EUA, do Brasil, da Índia, do Japão e da Austrália encontraram-se em Londres, em **Março de 2006**, para dois dias de conversações.

Embora essas reuniões tenham sido construtivas, a proposta da UE de Outubro de 2005 continua a ser a única proposta completa na mesa de negociações, não tendo até ao momento sido propostos passos equivalentes no comércio de produtos industriais ou serviços para compensar os cortes propostos pela UE na agricultura. Para a UE, esses passos compensatórios são essenciais para concluir a ronda com êxito.

Em **Abril de 2006**, o Comissário Europeu do Comércio, Peter Mandelson, assinalou a disponibilidade da UE para continuar a melhorar a sua proposta quanto à agricultura nos limites do seu mandato de negociação, caso outras partes fizessem concessões semelhantes. Este passo foi saudado, entre outros, pelo Brasil, China, Quênia, Egito e Austrália.

Em **Mai de 2006** as negociações intensificaram-se nos grupos de trabalho em Genebra, com ênfase para a agricultura e o NAMA.

Em **Junho de 2006**, o Comissário Europeu do Comércio, Peter Mandelson, esboçou um possível acordo, reflectindo a posição do DG da OMC, Pascal Lamy, e de muitos outros: “O G20 pretende cortes mais drásticos nos subsídios agrícolas dos EUA antes de estar disposto a apresentar os cortes exigidos para os produtos industriais. Washington pode desbloquear esta questão avançando com uma proposta melhor. Se tal acontecer, a UE apresentará a ambos simultaneamente uma proposta mais forte.”

Em S. Petersburgo, em **Julho de 2006**, os líderes do G8 comprometeram-se a enviar os seus negociadores de volta para Genebra com um mandato para maior flexibilidade.

Em **23 de Julho**, em Genebra, os EUA indicaram que não o fariam. O DG da OMC, Pascal Lamy, suspendeu as negociações. O Comissário Europeu do Comércio, Peter Mandelson, declarou o seguinte: “Isto não é desejável nem inevitável. Poderia ter sido facilmente evitado. Aquilo que está entre nós e as modalidades de um acordo não são grandes números ou somas enormes... Os Estados Unidos não estavam dispostos a aceitar, nem sequer a reconhecer, a flexibilidade demonstrada por outros na sala e, em resultado disso, sentiram-se incapazes de mostrar qualquer flexibilidade sobre a questão dos subsídios agrícolas... Os actos têm consequências e este acto levou a que a ronda fosse suspensa.”